

MÚLTIPLOS PADRÕES TERRITORIAIS PARA A GOVERNANÇA DO TRÁFICO DE DROGAS NO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde*

Resumo: Esse artigo investiga a hipótese de como as mudanças nas conexões entre o comércio varejista e atacadista de drogas podem ser decisivas para entender a recente crise de violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Acreditamos que as dimensões territoriais do tráfico de drogas seriam melhor reconhecidas através de uma perspectiva social e corporativa, na qual os julgamentos ideológicos seriam derivados das suas observações, ao invés do contrário. A aplicação do conceito de governança pode revelar o processo: admite-se que os territórios da violência seriam produzidos pelas interações conflituosas entre diferentes atores sociais, redefinindo as condições aceitáveis para a existência do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Governança, território, tráfico de drogas, Rio de Janeiro.

MULTIPLE TERRITORIAL PATTERS TO THE GOVERNANCE OF DRUG TRAFFICKING IN RIO DE JANEIRO

Abstract: This article explores the hypothesis of how the changes in the connection between drug retail and wholesale trafficking could be decisive to understand the recent urban violence crisis in Rio de Janeiro. We believe that the territorial dimensions of drug trafficking would be better recognized through a business and social perspective, where ideological judgments are derived from its observation instead of the opposite. The application of the concept of governance could reveal the process: the territory is produced by the conflictuous interaction of different social actors, redefining the acceptable conditions to the existence of drug trafficking in Rio de Janeiro.

Key Words: Governance, territory, drug trafficking, Rio de Janeiro.

Introdução

As notícias das ações das forças policiais em Novembro de 2010 no Rio de Janeiro geraram reações variadas por parte da sociedade brasileira. Parte dos analistas destacou a futilidade das ações militares devido à continuidade da demanda, a distância dos quadros mais altos da hierarquia dos traficantes da zona de conflito e ao deslocamento dos traficantes varejistas para outras favelas. Alguns pesquisadores destacaram o interesse dos grupos midiáticos na produção artificial de uma suposta guerra urbana. Outros ainda salientaram os riscos de

mortes e prejuízos para os moradores da cidade, com pequeno retorno direto para a ordem pública. Porém, entre aqueles dedicados a analisar essa guerra declarada ao tráfico, pouco se especulou sobre uma possível transformação da governança do tráfico de drogas na cidade e, mais precisamente, sobre suas diferentes territorialidades.

Entendemos aqui o conceito de territorialidade como um conjunto de estratégias realizadas para influenciar ou controlar o comportamento de pessoas no

* Departamento de Geografia - FFLCH/USP. E-mail: rvalverde@usp.br

território, tal qual foi abordado Sack (1986). Tais estratégias conferem poder aos seus agentes, pois muitas vezes são colocados em prática por intermédio de controle do acesso, de identidades excludentes e de símbolos de pertencimento. No contexto dos territórios do tráfico de drogas e de suas estratégias de domínio, é preciso salientar que sua territorialidade parece ser exercida através de uma série de pequenos domínios ligados por fluxos. A concepção desse domínio territorial seria então aproximada do desenho de uma rede, o que Souza (1995) definiu como território descontínuo. Para estudar a expressão territorial do tráfico de drogas, a Geografia já fez apelo no passado aos estudos dos pontos dessa rede, através da territorialidade de fações das favelas cariocas (SOUZA, 1995, 1996 e 2000), e, em outras oportunidades, já estudou os grandes fluxos de dinheiro e de drogas em escala mundial (MACHADO, 1997 e 2008).

Entretanto, poucas vezes os trabalhos de geografia destacaram a conexão entre os dois circuitos e suas conseqüências para a organização territorial multiescalar. Ainda mais importante, os conflitos gerados pelo tráfico de drogas parecem ser abordados como uma derivação de problemas desconexos formada entre a omissão do Estado, a desigualdade sócio-econômica e a corrupção policial. Propomos aqui uma abordagem que ressalta a comunhão desses fatores e de suas dimensões territoriais para compreender o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro.

Para tanto, aplicamos aqui o conceito de governança para promover o estudo das mudanças recentes das territorialidades do tráfico de drogas na cidade. Trabalhamos com o conceito de governança como aquele que reúne um conjunto de atividades envolvendo diferentes agentes interessados na co-produção de um determinado bem ou

serviço. Tal conceito lida com relações entre autonomia e território, entre gestão centralizada ou pulverizada, entre produção e consumo. De acordo com Masson-Vicent (2008), há uma clara dimensão geográfica no exercício da governança:

"It meant optimising economic efficiency by taking into account the human aspect of market prices initially and then subsequently the improvement of urban planning. (...)It examines how private enterprise enters into the decisions that one could consider as being exclusively public. (...)We go from the State and elected representatives as the sole actors in the traditional model to a multitude of actors in a governance model. The second element is that after negotiation between the actors, a decision is taken with emphasis on the interdependence of the powers associated in this collective action. Therefore, the way the decision is made changes the roles of the actors, principally that of the State. There is a move of the decision-making and its responsibilities towards civil society with the barriers between the public and private domain falling away". (MASSON-VICENT, 2008: p.363-364)ⁱ.

Tal conceito pode ser aplicado à discussão da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro na medida em que diferentes fluxos de idéias, capital, produtos e pessoas reúnem as forças policiais, os consumidores de drogas, as atividades produtivas e os moradores das favelas. Mais do que a legalidade e a moralidade do tráfico de drogas, o que se discute é quais são as condições para que essa atividade seja tolerada no contexto urbano. O próprio

quadro sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro parece convidar a essa leitura: a discussão das drogas como problema de segurança, a corrupção das forças policiais, ação sobre o tráfico em áreas de comercialização (e não em áreas de fronteira) a desigualdade social e a posição ocupada pelo Rio de Janeiro na rota de comercialização dos mercados internacionais de drogas e armas limitam qualquer aspiração mais ambiciosa em relação ao tráfico. Todas as políticas de repressão, de urbanização e de afirmação das territorialidades apontam para a gestão coletiva do problema: discutimos com os agentes do tráfico o que é aceitável ou não no contexto da violência urbana.

Dois objetivos orientam esse estudo. Primeiramente, avaliamos os termos que medem a sensação de segurança na cidade a partir das formas de vivenciar e de produzir o espaço urbano. Por exemplo, avaliamos o impacto da visibilidade do tráfico de drogas na definição de políticas de segurança, ao invés de, simplesmente, utilizar dados quantitativos de vitimização e de estimativas de vendas. Segundo, desenvolvemos uma interpretação da guerra pelo espaço e poder de intervenção em favelas dominadas pelo tráfico de drogas como instâncias de pressões para mudanças do padrão espacial de exercício dessa atividade ilegal. A idéia geral é demonstrar o ponto de transição da territorialidade do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro.

Dois modelos territoriais para o exercício do tráfico de drogas: modelo cartelizado (comércio atacadista) e modelo pulverizado (comércio varejista)

A característica marcante do modelo cartelizado para a governança do tráfico de drogas deriva da extinção da concorrência e

do controle da maior parte da atividade criminal. O grande exemplo de um cartel do tráfico de drogas pode ser encontrado nos registros da ação do Cartel de Medellín (Colômbia) ao longo dos anos 80 e 90: quase toda atividade de produção (plantio), refino e comercialização (atacado e varejo) estaria verticalizada pelo domínio desse grupoⁱⁱ. Como sintetizaram Diaz e Sanchez:

“El aumento de la participación de Colombia en el mercado mundial de la droga estuvo acompañado del proceso de fortalecimiento del narcotráfico y consolidación de la industria. El proceso mencionado estuvo acompañado de la importación de base de coca desde Perú y Bolivia para ser procesada domésticamente. La operación a gran escala del narcotráfico aumentó sustancialmente las ganancias y propició la formación de los llamados “carteles” de Medellín, Cali y la Costa. Estos propiciaron la integración vertical de todas las etapas de la producción de narcóticos; desde cultivo de la hoja, pasando por la comercialización de insumos y precursores, procesamiento en laboratorios, producción, transporte, y terminando en la comercialización tanto interna como externa a través de redes apropiadas de distribución. De igual forma, se crearon mecanismos y proceso para el lavado de activos” (DIAZ & SANCHEZ, 2004: p.7).

Usando o caso do Cartel de Medellín, é possível apontar que o modelo seria estabelecido através de um amplo domínio territorial contínuo que permitiria a exclusividade desse poder na área. Toda atividade comercial, de segurança e de justiça seria regulada diretamente por esse

cartel, que deixaria a sociedade mais distante do Estado. (SANCHEZ & DIAZ, 2004). Não havia grande necessidade de subterfúgios ou de corrupção para o exercício desse poder não-oficial: a supremacia paramilitar o garantia por si só. A atividade cartelizada pervertia quase todo o sistema político-jurídico vigente de modo a reforçar suas atividades. Por exemplo, leis eram promulgadas por representantes eleitos com o apoio do poder do tráfico para viabilizar suas ações econômicas e militares. Os processos jurídicos eram filtrados para excluir ou fazer parar aqueles que afetavam a lucratividade da empresa ilegal. Notava-se igualmente que as informações de inteligência reunidas pelas forças policiais eram repassadas rapidamente para o poder do tráfico através de agentes corruptos infiltrados. Por último, deve-se também destacar que o poder de coerção violenta inibia igualmente o surgimento de líderes políticos, de movimentos sociais, de chefes de polícia agressivos ou de promotores atuantes que pudessem questionar ou mesmo combater a ação do tráfico (SANCHEZ & DIAZ, 2004).

Realizava-se constantemente uma comunicação do domínio cartelizado através de bandeiras, de pinturas em muros, de folhetos e da presença ostensiva de seus soldados. Mesmos nos casos em que as atividades que se realizavam nesse território não tivessem influência e interesse para o tráfico de drogas (como atividades cotidianas, de lazer), elas seriam afetadas indiretamente por esse domínio territorial comunicado. Festas populares, lazer, negócios, turismo eram bons exemplos de atividades distintas que respondem igualmente à ação do tráfico: sempre que houvesse conflitos de interesses, priorizava-se a atividade criminosa.

Os fluxos de idéias (lavagem de dinheiro, soluções logísticas, estratégias de comercialização, políticas de segurança, treinamento militar), de produtos (armas, drogas, produtos químicos), de pessoas (militares e civis) e de capital do tráfico eram realizados abertamente dentro dos limites da área cartelizada, garantindo que todas outras representações da vida social existentes se colocassem nos níveis hierárquicos mais baixos.

Portanto, um traço importante para a produção do espaço cartelizado é o grande acúmulo de capital. Ao controlar a produção de drogas e as suas principais rotas de comercialização que alimentam o mercado mundial, estabelece-se a necessidade de fazer fluir uma grande quantidade de capital para o sistema financeiro formal. Através do seu poder, define-se a lavagem de dinheiro e o financiamento com capital sujo de diversas atividades, tornando o tráfico cartelizado uma parte importante de fonte de crédito em seus respectivos países. Nesse sentido, a produção do espaço relativo ao mercado imobiliário e a eventos culturais, entre outros exemplos possíveis, passa a ser escorada no capital do tráfico.

A produção do espaço do tráfico cartelizado é realizada no intuito de garantir a exclusividade do grupo na área em questão. Esta se estrutura frequentemente de forma vertical, com a criação de pistas ilegais de pouso e de decolagem, de estradas, de fortes, de oficinas de beneficiamento dos produtos, de galpões de armazenamento, de barreiras e cancelas, além da constituição de milícias e de serviços de segurança. Define-se então um controle contínuo de tudo o que é produzido, no intuito de evitar o desvio do capital e perdas na produtividade.

De uma forma geral, o poder cartelizado do tráfico de drogas pode até

estabelecer uma diminuição relativa das taxas de vitimização quando estas são comparadas à estrutura pulverizada, pois a violência cotidiana não é sempre necessária devido à hegemonia do poder. Para que esse fato se consolidasse, bastaria que o Estado se omitisse diante da sua tarefa de exercer o monopólio da violência legítima e de manter a ordem em seu território nacional. Sempre em que há conflito de interesses, o enorme poder do tráfico cartelizado se afirma sobre qualquer outro agente ou poder, através de símbolos e mensagens que precedem, e muitas vezes evitam, a ação violenta. Nesse contexto, não há necessidade do exercício da violência nesses domínios, o que é reservado em grande parte para os limites mais distantes da área controlada e para as áreas nas quais o poder Estatal ainda prevalece.

O segundo modelo territorial de exercício do tráfico de drogas é caracterizado pela atividade pulverizada. Ao invés de uma ampla área sob controle absoluto e contínuo, o que se observa é um conjunto de pequenos domínios flutuantes que são unidos por fluxos de produtos. Trata-se de um padrão de territorialidade descontínua, tal qual esta foi sugerida por Souza (1995). O grande exemplo desse modelo de exploração foi encontrado nas grandes cidades americanas, como em Nova York e em Los Angeles, sobretudo durante as décadas de 80 e de 90.

Este sistema pulverizado se caracteriza igualmente pela ampla concorrência na venda de drogas em áreas próximas. Tanto internamente quanto externamente aos grupos de traficantes, observam-se disputas e tensões constantes para garantir o controle dos principais pontos de vendas. De fato, o foco na atividade comercial de varejo de drogas exige o esforço constante de controle do mercado consumidor que, via de regra, não é experimentado pelo modelo cartelizado. Esse

modelo pulverizado se mostra vulnerável diante da ausência de controle das rotas de fluxo de drogas e tampouco das áreas de produção, devendo garantir a lucratividade através de estratégias comerciais informais e agressivas de varejo. Observa-se claramente um menor poder de coordenação das áreas produtoras e, portanto, um maior grau de dependência do negócio.

De acordo com Eck (1994), o modelo pulverizado está sempre preso pelo dilema das relações conflituosas e instáveis entre distribuidores e consumidores de drogas: "*The need to balance access to retail customers with security is the major problem for retail sellers of illicit drugs. Retail drug buyers face the same problem*" (ECK, 1994: p.68)ⁱⁱⁱ. Ao mesmo tempo em que é desejável ter uma ampla gama de consumidores e firmar postos de vendas em áreas de grande circulação, os riscos de roubos, ataques e vinganças no sistema pulverizado podem custar vidas e bens dos envolvidos.

O pequeno (ou nenhum) controle sobre as etapas do processo produtivo (produção, transporte e articulação) diminui o capital de giro reunido, o que torna todas as perdas significativas nesse negócio. Não são encontradas oficinas de refino e preparo de drogas, tampouco são comuns grandes atividades logísticas de drogas por parte desses grupos de traficantes varejistas, pois isto incidiria em violação do acordo com os varejistas e o rompimento do fluxo de drogas. As armas tomadas, as drogas apreendidas e o capital alienado por rivais significam rapidamente a inviabilidade do negócio e incapacidade de recuperação. Muitas vezes, para iniciar ou desenvolver o negócio em áreas de ampla concorrência, se estabelece um modelo comercial de consignação da droga, na qual quantidades relativamente pequenas são transferidas pelos atacadistas aos varejistas sob um

termo de dívida que é condição para ter acesso a novos carregamentos.

Para desenvolver o ponto de venda, estabelece-se um sistema de aberturas e fechamentos dos seus territórios para garantir o ir e vir de consumidores nas áreas dominadas. Certos acessos aos bairros, prédios, apartamentos, favelas ou becos dominados por esse grupo de traficantes são vigiados pelos traficantes. No caso do modelo de tráfico de drogas pulverizado presente nas grandes cidades norte-americanas, nota-se uma tendência ao uso de apartamentos e casas em bairros deteriorados e próximos ao centro da cidade, nos quais apenas aqueles pertencentes às redes sociais dos traficantes terão acesso. Ainda assim, dentro do modelo pulverizado, desde que vinculado às redes sociais, os negócios podem acontecer sem uma ampla base territorial fixa, o que dificulta a repressão policial. Como argumenta Eck (1994):

"In the network solution, a buyer only purchases goods or services from screened sellers. That is, a buyer knows who the seller is, or knows someone who knows a seller and can vouch for her. (...)The network provides security. It tells participants in the market that they are dealing with someone who is willing to go through with the transaction" (ECK, 1994: p.72-73)^{iv}.

De modo adicional, um conjunto de gestos, linguagem e posturas (de classe, etnia e pertencimento) garante um mínimo de confiabilidade ao vendedor em relação ao comprador. Apesar de todas as disputas violentas, de toda a agressividade comercial, o modelo pulverizado apresenta melhor rendimento e estabilidade na medida em que sua atividade se constrói em pequenas áreas, com controle ostensivo apenas do ponto de

venda. Esse sistema se escora na informalidade e no conhecimento do espaço e da ordem dos seus objetos para ser bem sucedido. Freqüentemente, as favelas, as áreas públicas sem uso, os guetos, as zonas de deterioração ou as áreas de obsolescência do centro da cidade são escolhidos como pontos de vendas.

Por último, esse modelo de territorialidade descontínua de tráfico de drogas é marcado por uma pequena visibilidade de sua atividade. As armas portadas pelos traficantes varejistas são de pequeno calibre e facilmente escondidas. Nada deve chamar atenção das forças policiais. O sucesso e continuidade da atividade de tráfico de drogas dentro do modelo pulverizado dependem então da habilidade dos seus grupos territoriais em constituir uma cadeia confiável de drogas no atacado, uma rede ampla e estável de consumidores e certo grau de invisibilidade diante das forças policiais.

Guerra urbana: rumo à mudança de padrão territorial do tráfico de drogas no Rio de Janeiro?

Historicamente, na cidade do Rio de Janeiro, prevaleceram as características territoriais de um modelo pulverizado no que tange ao tráfico de drogas. As bocas de fumo das favelas e conjuntos habitacionais cariocas são pulverizadas em dezenas de pequenos domínios territoriais flutuantes, controlados por grupos de traficantes que são concorrentes. Salvo algumas exceções, a maior parte dos traficantes se exime de uma maior influência institucional (compra de deputados, crimes políticos, substituição do poder do Estado etc.). Quase todos esses grupos de traficantes apresentam alto grau de dependência dos fluxos atacadistas. Não há amplo controle da logística ou do refino da

droga no contexto do tráfico de drogas encontrado na cidade do Rio de Janeiro: observa-se pequena complexidade operacional, além do emprego informal como estratégia de domínio. Para todos os fins, esses grupos de traficantes varejistas que ocupam as favelas cariocas têm simplesmente o controle dos pontos de vendas, ou seja, se constituem em entrepostos comerciais varejistas.

No entanto, essa leitura da atividade varejista parece ser problematizada diante de certos elementos que fogem a definição do modelo. Primeiramente, o controle ostensivo do território e da vida social que ocorre nele constitui um marco diferenciador. Ao contrário de outras áreas de tráfico varejista, tal qual se observou nos EUA, nota-se uma ampla e visível presença de armamento de guerra no contexto das favelas cariocas. São fuzis, armamento antiaéreo, minas, granadas, entre outras peças que diferenciam o tráfico varejista no Rio daquele de outras cidades. Coloca-se igualmente que as interferências na vida social parecem ser bem mais diretas e freqüentes do que o modelo citado: moradores são julgados por grupos de traficantes, há conflitos mediados por esses grupos, movimentos sociais são deslegitimados, agentes do Estado (serviços públicos de água, energia, telefone etc.) ou privados (no setor de construção) são impedidos de entrar, obras coletivas e eventos são realizados com capital do tráfico (construção de quadras, clubes, bailes funk, festas etc.). Também se nota que, diferentemente de outras dinâmicas pulverizadas, não há separação absoluta entre dois (ou mais) grupos territoriais, ou mesmo entre Estado e grupos ilegais. A

corrupção e o jogo concorrencial promovem aproximações entre os agentes que dificultam a separação. Nesse sentido, Souza (1996) afirma que:

“os fluxos de informação entre a prisão e as favelas não se dariam da maneira como se dão sem a existência de diversos atores sociais, vinculados ao mundo legal e mesmo ao aparelho de Estado, que, sem pertencerem eles mesmos ao Comando Vermelho (...), interagem com traficantes viabilizando a logística de suas operações via suborno” (SOUZA, 1996: p.52).

Por último, a omissão do poder público federal e municipal da atividade de repressão ao tráfico de drogas estabelece que, historicamente, coube ao poder estadual quase a exclusividade dessas ações. De acordo com os dados divulgados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública após os eventos de Dezembro de 2010, o saldo da operação liderada pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do Rio de Janeiro foi de uma apreensão de drogas que alcançou a casa de 42 toneladas de maconha e de mais de 300 kg de cocaína, entre outros produtos e materiais do tráfico. Ainda que se considere certo grau de imprecisão dos dados e o gigantismo do Complexo da Alemão (Zona Norte da cidade) para a distribuição de drogas no Rio de Janeiro, chama atenção o fato dessa única ação das forças policiais do estado equivaler a cerca de 20% do total apreendido pela Polícia Federal no ano de 2008 (TABELA 1). Nesse sentido, a estratégia de combate ao tráfico como problema de

segurança se construiu em um ambiente em que poucos recursos são direcionados para romper o fluxo de atacado de armas e drogas nas fronteiras, nas estradas, nos portos e aeroportos.

TABELA 1 – Apreensões de maconha e cocaína realizadas pela Polícia Federal (2004-2008, em kg)

DROGA	2004	2005	2006	2007	2008
COCAÍNA	7.199,38	15.656,84	13.387,51	16.510,76	19.617,41
MACONHA	153.875,47	151.044,80	161.302,98	196.830,50	187.109,75
PASTA BASE	573,098	302,37	331,1	1.248,98	305,99

Fonte: Relatório Anual da Polícia Federal (2008).

De acordo com dados do Governo Federal, constata-se que entre 2002 e 2008 menos de 1% do Orçamento Geral da União (OGU) foi consagrado ao setor da segurança pública, fato que não se alterou nem mesmo com o aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período (TABELA 2). Ainda que se reconheça a existência de regras estritas para a elaboração anual do OGU, chama atenção o descompasso entre o clamor popular^v pela diminuição dos indicadores de violência em cada campanha política e a omissão do poder federal na criação e desenvolvimento de políticas específicas para esse setor.

TABELA 2– Gastos da União com políticas de segurança no Brasil (2002-2008)

Ano	TOTAL PAGO (R\$)	PIB (R\$)	% PIB	OGU (R\$)	% OGU
2002	3.135.331.501,13	1.302.136.000.000,00	0,21	673.774.699.576,92	0,47
2004	3.835.516.095,28	1.941.498.000.000,00	0,20	900.157.308.401,79	0,43
2006	4.852.292.684,54	2.369.797.000.000,00	0,20	1165.667.707.026,86	0,42
2008	7.337.665.260,23	2.889.718.577.034,63	0,25	1235.970.324.794,33	0,59

Fontes: Contas Abertas, Siafi (Ministério da Fazenda), IPEA.

Somando esses fatores ao baixo grau de formação das Polícias Militar e Civil em nível estadual, os dados reunidos nos permitem apontar que o quadro que se observa na cidade do Rio de Janeiro vai além dos limites exíguos do modelo do tráfico pulverizado, escorado em uma territorialidade descontínua. A partir desse quadro sintético da territorialidade de venda de drogas na cidade do Rio de Janeiro, é possível tecer algumas considerações acerca

dos conflitos mais recentes observados entre 2008 e 2010. É preciso, por exemplo, avaliar as ações policiais e as reações de traficantes além dos simples movimentos de forças militares e considerar as possíveis estratégias que se desenham ao longo desse período.

O elemento fundamental parece se constituir na hipótese da mudança de modelo territorial para o exercício do tráfico de drogas. Nesse sentido, Soares (2010) argumentou sobre a inviabilidade comercial

da atividade pulverizada do tráfico sob as condições observadas na cidade do Rio de Janeiro, tendo salientado que as maiores resistências por parte das forças policiais nos últimos anos trouxeram maiores perdas ao tráfico. Segundo o autor, se tornaria mais difícil manter o quadro de controle ostensivo do varejo que se observou na década de 1980 e 1990 na cidade. Em suas palavras:

“O modelo do tráfico armado, sustentado em domínio territorial, é atrasado, pesado, anti-econômico: custa muito caro manter um exército, recrutar neófitos, armá-los (nada disso é necessário às milícias, posto que seus membros são policiais), mantê-los unidos e disciplinados, enfrentando revezes de todo tipo e ataques por todos os lados, vendo-se forçados a dividir ganhos com a banda podre da polícia (que atua nas milícias) e, eventualmente, com os líderes e aliados da facção. É excessivamente custoso impor-se sobre um território e uma população, sobretudo na medida que os jovens mais vulneráveis ao recrutamento comecem a vislumbrar e encontrar alternativas. Não só o velho modelo é caro, como pode ser substituído com vantagens por outro muito mais rentável e menos arriscado, adotado nos países democráticos mais avançados: a venda por delivery ou em dinâmica varejista nômade, clandestina, discreta, desarmada e pacífica. Em outras palavras, é melhor, mais fácil e lucrativo praticar o negócio das drogas ilícitas como se fosse contrabando ou pirataria do que fazer a guerra” (SOARES, 2010).

Para solucionar esse problema, a tendência, ainda de acordo com os argumentos de Soares, seria que o tráfico passasse a um exercício territorial mais semelhante ao que se observa no modelo varejista sugerido. Soares ressalta que a presença de armas pesadas e domínios territoriais mais amplos seriam pouco a pouco substituídos por formas de dominação mais discretas e eficientes. Nesse processo, as milícias cariocas (grupos de policiais e bombeiros corruptos) poderiam substituir o controle dos grupos de traficantes mais

antigos (TC, ADA, CV) e inserir a venda de drogas a sua gama de produtos e serviços ilegais (tv a cabo ilegal, transporte alternativo, segurança etc.). Como argumentou Soares:

“O tráfico que ora perde poder e capacidade de reprodução só se impôs, no Rio, no modelo territorializado e sedentário em que se estabeleceu, porque sempre contou com a sociedade da polícia, vale reiterar. Quando o tráfico de drogas no modelo territorializado atinge seu ponto histórico de inflexão e começa, gradualmente, a bater em retirada, seus sócios –as bandas podres das polícias- prosseguem fortes, firmes, empreendedores, politicamente ambiciosos, economicamente vorazes, prontos a fixar as bandeiras milicianas de sua hegemonia” (SOARES, 2010).

Porém, existem aqueles que vêem indícios de que, diante da pressão das forças policiais, os grupos de traficantes mais antigos têm procurado soluções alternativas. Recentemente, foram encontradas áreas de plantio e processamento de drogas no Paraguai que seriam de domínio dos grupos de traficantes cariocas e paulistas. Tal fato incidiria em uma mudança de leitura do poder de articulação e de intervenção do tráfico de drogas carioca, podendo significar uma tendência à cartelização. Seguindo esse argumento, a tendência seria também constatada a partir de alianças, de trocas e de pactos de não-agressão firmados entre grupos rivais, tais como o Comando Vermelho (CV) e o Amigos dos Amigos (ADA). O objetivo era garantir novo poder de enfrentamento frente às ações policiais na cidade, em especial diante das ocupações promovidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Certos discursos alarmistas parecem levar ainda mais longe essa hipótese, ao chamar atenção para a concentração das ações policiais sobre áreas dominadas pelo CV, enquanto os demais

grupos seriam deixados de lado. De acordo com Alves (2010):

“O que está por trás desses conflitos urbanos é uma reconfiguração da geopolítica do crime na cidade. Isso já vem se dando há algum tempo e culminou na situação que estamos vivendo atualmente. Há elementos presentes nesse conflito que vêm de períodos maiores da história do Rio de Janeiro, um deles é o surgimento das milícias que nada mais são do que estruturas de violência construídas a partir do aparato policial de forma mais explícita. Elas, portanto, controlarão várias favelas do RJ e serão inseridas no processo de expulsão do Comando Vermelho e pelo fortalecimento de uma outra facção chamada Terceiro Comando. Há uma terceira facção chamada ADA, que é um desdobramento do Comando Vermelho e que opera nos confrontos que vão ocorrer junto a essa primeira facção em determinadas áreas. Na verdade, o Comando Vermelho foi se transformando num segmento que está perdendo sua hegemonia sobre a organização do crime no Rio de Janeiro. Quem está avançando, ao longo do tempo, são as milícias em articulação com o Terceiro Comando” (ALVES, 2010).

Deve-se igualmente ressaltar que a tendência à cartelização pode ser derivada paralelamente das mudanças nos padrões de comercialização de drogas no mercado atacadista em escala mundial. A intensa ação do governo colombiano e de seus parceiros norte-americanos tem tido por consequência a migração das zonas de produção e de consumo de cocaína para outras localidades. De fato, nos últimos 10 anos, observa-se um crescimento significativo das zonas de cultivo de coca no Peru e na Bolívia, enquanto a produção colombiana apresenta sinais de declínio em área e em peso total, apesar de ainda se constituir no maior produtor mundial. Paralelamente, as estimativas da ONU e das entidades nacionais sobre consumos de drogas apontam para um decréscimo da importância do mercado americano em contraposição à ascensão do

mercado consumidor europeu, tanto em quantidade consumida, quanto em valor de venda. De modo sintético, é possível afirmar que (UNODC, 2010).

“Contrasting trends were recorded in various locations, including a long-term decline of use in North America but an increase in Europe, reductions in production in Colombia and increases in Peru or the Plurinational State of Bolivia. At the global level, these changes essentially amounted to geographical shifts and displacements in supply and demand. As a whole, the market has not been eliminated or significantly reduced over the last decade” (UNODC, 2010: p.32)^{vi}.

Nesse contexto, o Brasil ganha nova importância como rota relevante para o escoamento da cocaína para a Europa, via conexões entre o Centro-Sul brasileiro e as fronteiras com a Bolívia e o Paraguai. No dia 15/11/2010, autoridades italianas apreenderam 1 tonelada de cocaína em um navio brasileiro, oriundo do Porto de Santos. A quantidade apreendida, o transporte utilizado e a rota escolhida representam inovações do tráfico de drogas atacadista: apesar historicamente ser um mercado consumidor de média importância e uma instância relevante para a lavagem de dinheiro (MACHADO, 1997 e 2008), o Brasil representava apenas uma rota alternativa para as drogas, normalmente realizada apenas através de pequenos e médios distribuidores (ou mulas, no jargão do tráfico). De fato, enquanto a conexão entre o tráfico cartelizado colombiano e o mercado consumidor americano prevaleceu, o Brasil tinha pouca importância como rota. Hoje, os distribuidores da droga no Brasil se mostram responsáveis por essa dupla função: suprir o mercado nacional e alimentar parcialmente o mercado europeu, exigindo revisão das estratégias de armazenamento e comercialização (MACHADO, 2008; UNODC, 2010). Diante da valorização das rotas

brasileiras, seus distribuidores de atacado e varejo ganham maior poder de barganha e podem finalmente interferir de forma mais direta na cadeia produtiva, nos preços e nas condições de produção, tal qual ocorreu com os cartéis mexicanos ao longo dos anos 90, com a quebra da conexão direta entre os traficantes colombianos e os distribuidores americanos.

Tomando os casos da transição do tráfico de drogas na Colômbia durante os anos 90 (do controle dos cartéis de Cali e Medellín para o domínio de grupos paramilitares e revolucionários) e das mudanças observadas no México (da pulverização à cartelização), é possível constatar o dinamismo do tráfico mundial de drogas e os seus efeitos sobre a organização territorial. Nesse contexto, a hipótese de tendência à cartelização no Brasil deve ao menos ser analisada com mais calma no futuro. Como colocaram Diaz e Sanchez, acerca das transições do tráfico na Colômbia:

“El debilitamiento de los carteles condujo a cambios en el control del negocio de la producción y tráfico de cocaína. Una parte del negocio pasó a ser controlado por la segunda o tercera generación de “carteles” – Norte del Valle, Costa, Medellín, Eje Cafetero- mientras que otra pasó a manos de los grupos armados al margen de la ley (guerrillas y autodefensas ilegales). Estos últimos convirtieron los ingresos del narcotráfico –incluyendo producción de hoja de coca y venta de cocaína- en una sus principales fuentes de financiación. En adición, el narcotráfico se ha convertido en el vehículo más importante de control territorial por parte de los grupos armados ilegales, ya que cumple la doble función de proporcionar base social para estos grupos – principalmente a través de la fuerza laboral ligada a los cultivos ilícitos- e ingresos para escalar y expandir su actividad armada” (DIAZ & SANCHEZ, 2004: p.7-8).

Seja qual for o diagnóstico correto para o caso do tráfico na cidade do Rio de

Janeiro, assume-se que a questão-chave para controlar o tráfico de drogas parte da dinâmica territorial em rede. Não há, em nenhum desses argumentos, a pretensão de que passamos pela extinção do tráfico na cidade do Rio de Janeiro. É fato conhecido a mobilidade desses grupos e a capacidade de driblar as ações repressivas através da corrupção. Há informações de que favelas na Baixada Fluminense e na Zona Norte da cidade já estariam recebendo os traficantes das áreas recuperadas por parte das forças policiais. Tal qual afirmou Souza (2010):

“Se os traficantes, fisicamente, migrarem para favelas mais distantes e lá se reinstalarem, desalojando outros traficantes ou territorializando novos espaços segregados, isso não contrariará frontalmente o atingimento do objetivo prioritário que é, afinal de contas, garantir maior tranquilidade para a classe média e os turistas (...) existe um risco de que, com a valorização imobiliária que se vem observando no entorno formal de favelas já ‘pacificadas’ e mesmo no que concerne ao mercado informal de certas favelas, a própria dinâmica de valorização do espaço vá, aos poucos, empurrando para fora das favelas da Zona Sul os moradores mais pobres (...). Eis um cenário altamente provável, e surgem os indícios de que, especialmente em uma parte da cidade, isso já começa, devagar, a se tornar realidade” (SOUZA, 2010).

Porém, existe hoje um claro consenso que, mesmo que continue a existir na cidade, o tráfico de drogas deve ser exercido de forma territorialmente distinta. Dito de forma mais clara, se discute quase que publicamente qual deve ser o grau de visibilidade do tráfico de drogas e de sua intervenção sobre a vida social carioca. Toma-se que a sensação de segurança pode ser rapidamente modificada na cidade a partir de uma mudança em direção a qualquer um dos dois modelos. A primeira hipótese especula que o “fuzil sobre a laje” do tráfico de hoje pode ser substituído por

formas mais discretas, eficientes e pragmáticas de tráfico pulverizado, aumentando a sensação de segurança. A segunda hipótese estabelece que o domínio cartelizado teria taxa de vitimização inferior devido a ausência (ou diminuição substancial) da dinâmica concorrencial, fato que estimularia uma visão mais harmoniosa da cidade. Ambos parecem estar de acordo que a necessidade de pacificação da cidade para receber os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo sinaliza mudanças territoriais no domínio das favelas.

Considerações finais

Ao observar as articulações de forças, o quadro revelado pelo exercício do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro parece apontar para a co-existência de diferentes modelos territoriais nos próximos anos. Tal qual se observou no contexto das transições do tráfico de drogas em outros países (EUA, Colômbia, Peru e México), os conflitos entre os agentes e reguladores do tráfico de drogas se revelam em momentos de tensão e de diferentes tentativas de reconstrução de estratégias comerciais e de gestão.

Ainda segundo a perspectiva da governança, a empresa do tráfico de drogas passa por um ponto de transição que definirá como a articulação entre o comércio de atacado e de varejo devem se articular no futuro. Ao estabelecer maior rigor na regulação do tráfico de drogas, a gestão corrupta do tráfico estabelecida nas ruas e nos presídios e a complacência da população em geral no que tange ao tema exigem um reequilíbrio necessário do ponto de vista empresarial. A gestão e distribuição de capital e produtos precisam ser avaliadas de acordo com o novo poder de barganha dos "acionistas". Por um lado, exige-se de imediato uma baixa da vitimização e da

interferência direta e violenta sobre a vida social. Por outro lado, coloca-se como questão a continuidade do tráfico de drogas de varejo através de uma reorganização de seu sistema de localizações e de sua eficiência econômica.

De fato, qualquer que seja o resultado alcançado nesse momento de conflito, o território é e será disputado a partir de uma de suas características mais fundamentais: a visibilidade. No momento em que a imagem da cidade é colocada em evidência mais uma vez em escala mundial, tal atividade econômica ilegal e difundida precisa ser controlada e reorientada para não ferir os diversos interesses da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J.C. **“Uma guerra pela regeografização do Rio de Janeiro”**. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=38721. Acessado em: 30/11/2010.
- DIAZ, A.M.; SANCHEZ, F. **“Geografía de los cultivos ilícitos y conflicto armado en Colombia”**. In: *Documento de trabajo n°42*. CEDE: Universidad de los Andes, 2004. 78p.
- ECK, J. **“A general model of the geography of illicit retail marketplaces”**. In: *Crime and place*. Monsey, NY: Criminal Justice Press, 1994. Pp.67-93.
- MACHADO, L. O. **“Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e da lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica Brasileira”**. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. XXI, 2008. pp. 9-31.
- MACHADO, L.O. **Movimento de Dinheiro e Tráfico de Drogas na Amazônia**. In: RIBEIRO DE MELO, M.; SEIBEL, S.D. (Org.). *Drogas – Hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial da América Latina, 1997. pp. 217-252.
- MASSON-VINCENT, M. **“Governance and Geography – Explaining the importance of regional planning to citizens, stakeholders in their living space”**. In: *Boletín de la A.G.E. N.º 46*, 2008. pp.363-367.
- SACK, R. **Human territoriality – its theory and history**. Cambridge : Cambridge University Press, 1986. 256p.
- SOARES, L.E. **“Crise no Rio e o pastiche midiático”**. Disponível em: <http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>. Acessado em 10/12/2010.
- SOUZA, M.L. **O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.; CORREA, R.L. (Orgs.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. Pp. 77-116.
- SOUZA, M.L. **“Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uma tentativa de modelagem”**. In: *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 19, 1996. pp. 45-60.
- SOUZA, M.L. **“A ‘reconquista do território’, ou: um novo capítulo na militarização da questão urbana”**. In: *Passa palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=32598>. Acessado em: 04/12/2010.
- UNODC – United Nations Office for Drugs and Crime. *World Drug Report 2010*. New York: United Nations, 2010. 308p.
- WASIELFISZ, J.J. (org.). **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Brasília: RTLA/Ministério da Justiça/Ministério da Saúde, 2008. 111p.

NOTAS

ⁱ Tradução sugerida: *"significava otimizar a eficiência econômica por intermédio da tomada em consideração da dimensão humana nos preços de mercado tanto inicialmente quanto posteriormente ao planejamento urbano, para sua melhoria. (...) examina como a empresa privada interfere em decisões que podem ser consideradas como sendo exclusivamente públicas. (...) Passamos do Estado e seus representantes eleitos como únicos atores no modelo tradicional para uma variedade de atores no modelo de governança. (...) depois da negociação entre os atores, uma decisão é tomada com ênfase na interdependência dos poderes (...). Portanto, o modo pelo qual uma decisão é tomada altera os papéis dos atores, principalmente aquele do Estado. Há uma mudança do processo de tomada de decisão e de suas responsabilidades em direção da sociedade com a queda das barreiras entre os domínios público e privado"* (MASSON-VICENT, 2008: p.363-364).

ⁱⁱ É importante ressaltar que o caso dos cartéis mexicanos que surgiram ao longo dos anos 90 é um pouco diferente: com o aumento da fiscalização e das apreensões de drogas nos EUA, a conexão que se estabelecia entre traficantes colombianos e distribuidores americanos se tornou mais difícil e mais cara. A alternativa encontrada para garantir acesso da droga ao mercado consumidor americano foi apostar na divisão de tarefas. Nesse contexto, Cartel de Sinaloa (México), entre outros, serviu de base para a distribuição de drogas via fronteira terrestre com os EUA. As atividades de plantio e comercialização que já se desenrolavam no país, foi acrescida a função de intermediário, fato que aumentou o poder econômico e paramilitar dos traficantes mexicanos, que avançaram para uma estrutura cartelizada.

ⁱⁱⁱ Tradução sugerida: *"A necessidade de equilibrar o acesso dos consumidores e a segurança é o maior problema para os vendedores varejistas de drogas ilícitas. Os consumidores enfrentam os mesmos problemas"* (ECK, 1994: p.68).

^{iv} Tradução sugerida: *"Na solução das redes sociais, o comprador só realiza a aquisição das mercadorias de vendedores conhecidos. Isto é, o consumidor que conhece o vendedor, ou que saiba alguém que conheça um vendedor que possa indicá-lo. (...) A rede social provê segurança. Ela informa aos participantes no mercado que eles estão lidando com alguém que deseja dar continuidade a transação"* (ECK, 1994: p. 72-73).

^v Não há elitismo nessa afirmação: os estudos de vitimização realizados na cidade do Rio de Janeiro demonstram que o perfil dominante de mortes por armas de fogo indica a origem nos bairros populares da Zona Norte e da Zona Oeste, o baixo nível médio de escolaridade, a faixa etária jovem (entre 16 e 24 anos) e a alta concentração de negros e pardos entre os vitimados. Não é de se estranhar a importância conferida ao tema da violência pelos eleitores encontrados nos bairros populares, tal aconteceu na eleição para Governador no ano de 2010. Talvez o elitismo e preconceito sejam justamente derivados da postura contrária: acreditar que a população de favelas e bairros populares não é afetada pelos problemas de segurança e não tem interesse nessa discussão.

^{vi} Tradução sugerida: *"Tendências contrastantes foram registradas em várias localidades, incluindo um declínio de longo termo do uso [de cocaína] na América do Norte, mas um aumento na Europa, reduções na produção na Colômbia e aumentos no Peru e na Bolívia. Em nível global, essas mudanças evoluíram essencialmente para mudanças geográficas e flutuações na produção e na demanda. No todo, o mercado não foi eliminado ou significativamente reduzido na última década"* (UNODC, 2010: p.32).